**PROCESSO**: **n º** 2000-016392/2016.

**INTERESSADO:** PROC. GERAAL DO ESTADO.

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO.

**DATALHES**: CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL/DOMÍCIO DA CONCEIÇÃO DA SILVA.

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-016392/2016, em 01 (um) volume, com 66 (sessenta e seis) fls., que versa sobre o pagamento pela realização dos exames: Dosagem de antígeno de Von Willebrand e cofator de ristocetina, no paciente Domício da Conceição da Silva, proveniente de decisão Judicial, conforme AÇÃO ORDINÁRIA nº 0713878-58.2016.8.02.0001, através da empresa **BANCO DE SANGUE OSVALDO CALADO S/C LTDA. (CNPJ nº 12.181.996/0001-68)**. A solicitação de pagamento está orçada em **R$536,69 (quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos)**.

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 24 e 59, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls.66), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 – SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO -** Constata-se determinação para providenciar a realização dos exames: Dosagem de antígeno de Von Willebrand e cofator de ristocetina, no paciente Domício da Conceição da Silva, proveniente de decisão Judicial, conforme AÇÃO ORDINÁRIA nº 0713878-58.2016.8.02.0001, através da empresa **BANCO DE SANGUE OSVALDO CALADO S/C LTDA. (CNPJ nº 12.181.996/0001-68)**. A solicitação de pagamento está orçada em **R$536,69 (quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos)**, juntando da Decisão Judicial, do processo, dos documentos pessoais, procedimentos Médicos, fls. 02/28.

**2 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para aquisição dos referidos exames, emitida pelo gestor da SESAU, da época, fls. 40/41.

**3 – COTAÇÕES DE PREÇOS -** Verifica-se solicitação de cotação de preços realizada sempre nas mesmas empresas, fls. 37/39, quando analisamos os demais processos tendo o mesmo objeto, **quais sejam**:

**a) BANCO DE SANGUE OSVALDO CALADO S/C LTDA. (CNPJ nº 12.181.996/0001-68);**

**b) LABORATÓRIO MARTINS PINTO DE PATOLOGIA CLÍNICA LTDA. (CNPJ nº 08.836.579/0001-39) e,**

**c) COOPEATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES DE MACEIÓ HOSPITAL MEMORIAL ARTHUR RAMOS (CNPJ nº 01.722.424/0001-22).**

Neste processo, observa-se, que foi escolhida a empresa **BANCO DE SANGUE OSVALDO CALADO S/C LTDA. (CNPJ nº 12.181.996/0001-68)**.

**4 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão das Notas de Empenhos (**2016NE12303)**, à fls.47, ***não possui assinatura da ordenadora de despesa,*** assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças, Helion Dionísio de Oliveira, possibilitando a prática de tais atos. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964, **“*o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”*.**

A Lei nº 4.320/1964 define a liquidação de despesas como sendo

**“*a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.* Tal verificação deve-se apurar: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação”.**

Ademais, a liquidação da despesa pública será processada com base nos seguintes documentos: I – contrato, ajuste ou acordo específico; II – nota de empenho; III – comprovantes do material ou da efetiva prestação dos serviços.

**5 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos, observa-se que às fls. 55/57, foram juntadas as Certidões de Regularidade da empresa credora, vencidas.

**6 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Às fls. 61 verifica-se Despacho S/N, datado de 12/04/2017, de lavra da Assessora Técnica do Setor de Contratos, onde informa a INEXISTÊNCIA de contrato referente ao objeto em comento.

**7 – ATESTO - C**onsta às fls. 54, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços nº 2140, de 05/12/2016, da empresa **BANCO DE SANGUE OSVALDO CALADO S/C LTDA. (CNPJ nº 12.181.996/0001-68),** foi atestada por servidor com assinatura que dificulta a sua identificação.

**8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** Consta nos autos informações sobre a dotação orçamentária a ser utilizada para cobertura da despesa, conforme documento as fls. 45, referente ao exercício de 2016.

**9 – PARECER DA PGE** – Em seu **Despacho PGE-PLIC nº 1808/2017** a Procuradoria Geral do Estado – PGE salienta que:

**“Registre – se, preliminarmente, que “pagamento”, em qualquer de suas modalidades, é mero exaurimento de contrato, não ensejando parecer jurídico prévio como condicionante de sua efetivação”.**

**10 - DO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 51.828/2017 -** Observou-se o não cumprimento ao que determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no **“exame dos autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

1. **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – A liquidação da despesa deve ser precedida da apuração da boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º da Lei Estadual nº 6.161/2000 e da Seção III da Lei nº 8.666/1993.
2. **CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Ainda a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a ocorrência da ilegalidade deve ser PREVIAMENTE investigada através de processo administrativo instaurado, nos termos das Leis nº 5.247/1991, nº 6.161/2000 e nº 8.666/1993, no âmbito da SESAU, onde se apurem e se imputem as respectivas responsabilidades**.**
3. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** Que seja informada a dotação orçamentária atualizada.
4. **DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento que as certidões referentes à regularidade fiscal válida sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.
5. **DO ORDENADOR DE DESPESAS -** Que seja juntado aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.
6. **DO BLOQUEIO JUDICIAL – Antes do pagamento, que seja verificada se houve bloqueio judicial para a quitação da dívida.**

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução da pendência processual apontada nos itens **“I”** a **“Vl”**, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **BANCO DE SANGUE OSVALDO CALADO S/C LTDA. (CNPJ nº 12.181.996/0001-68)**, mediante publicação do ato, conforme art. 48, §3º do referido decreto.

Maceió-AL, 07 de novembro de 2017.

Hertz Rodrigues Lima

**Assessor de Controle Interno - Matrícula nº 29871/9**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem/Matrícula n° 113-9**